

A Agência política de mulheres negras sob a perspectiva do Mulherismo Africana: para além do ensurdecimento

Ayni Estevão de Araujo¹ 

Universidade Estadual Paulista - UNESP

Dossiê | Dossier | Dossier

DOI do artigo: 10.22481/odeere.v7i1.10415

RESUMO

Este artigo visa à mobilização de alguns aspectos da teoria mulherista africana e sua pertinência para a compreensão de experiências políticas de mulheres negras no Brasil. Para tanto, apresentar-se-ão importantes pressupostos que fundam o Mulherismo Africana, bem como algumas de suas filiações teórico-metodológicas; possíveis aproximações e distanciamentos em relação a outras teorias; e, por fim, algumas reflexões acerca das agências políticas femininas negras, especialmente em solo brasileiro.

Palavras chave: Mulherismo Africana; afrocentricidade, mulheres negras.

The political agency of black women from the perspective of African Womanism: beyond the deafening

ABSTRACT

This article aims at the influence of some aspects of the African woman's theory and its perception for the understanding of black women's political experiences in Brazil. In order to do so, the most important foundations of African Women will be presented, as well as some of their theoretical-methodological affiliations; possible approximations and distances in relation to other theories; and, finally, some questions about black female political agencies, especially on Brazilian soil.

Keywords: African mujerism; afrocentricity, black women

La agencia política de las mujeres negras desde la perspectiva del mujerismo africano: más allá de lo ensordecedor

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo la influencia de algunos aspectos de la teoría de la mujer africana y su percepción para la comprensión de las experiencias políticas de las mujeres negras en Brasil. Para ello, se presentarán los fundamentos más importantes de la Mujer Africana, así como algunas de sus filiações teórico-metodológicas; posibles aproximaciones y distancias en relación con otras teorías; y, finalmente, algunas sobre las agencias políticas de mujeres negras, especialmente en suelo brasileño.

Palabras clave: mujerismo africano; afrocentricidad, mujeres negras

Submetido em: 06/03/2022 | Aceito em: 20/04/2022

1. O Mulherismo Africana e o paradigma da Afrocentricidade

Mulherismo Africana é uma teoria por meio da qual se propõe estudar as experiências de mulheres africanas², dentro do paradigma da afrocentricidade.

¹ Doutora em Ciências Sociais, pela UNESP- campus de Araraquara, mestra em Antropologia Social, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e graduada em Letras Português/Francês/Grego clássico pela UNESP - campus de Araraquara. E-mail: ayni_ayni@hotmail.com

² Com Dagoberto Fonseca (2021), partimos de um olhar para uma África, que apesar de múltipla, é indivisível, não dispersa, nem cindida: ao contrário, ela é uma só em diferentes regiões do planeta. Portanto, na esteira desse raciocínio, não consideramos aqui nos encontrarmos em uma Diáspora, mas sim na sexta região africana. Isso nos permite utilizar o termo africana/o(s) para nos referir a pessoas (auto)declaradas negras. Entretanto, em diálogo com os movimentos sociais, e compreendendo a importância da categoria negra/o nas lutas da população organizada, em alguns momentos também utilizaremos esse termo, especialmente quando se tratar de movimentos que o mobilizam e a partir dele se autodefinem. Desse modo, quando mobilizarmos teorias e movimentos que utilizam o termo africana/o, assim também o usaremos; e ao nos referirmos a

Apresentada pela Clenora Hudson-Weems, em 1987 (HUDSON-WEEMS, 2004), a proposta teórica emergiu no contexto de debates acerca da importância da autodefinição e automeação.

Desse modo, para compreendermos essa abordagem teórica, é necessário também o conhecimento das propostas teórico-metodológicas da Afrocentricidade, concebidas por Molefi Kete Asante (2009). Essas, podemos afirmar, têm nas noções de centralidade, localização e agência importantes alicerces.

Primeiramente, para pensar o conceito de agência, é pertinente vislumbrá-lo em oposição ao de desagência, orienta-nos Asante (2009). Um agente, em suas palavras, "é um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses" (ASANTE, 2009, p.94).

Os discursos que conferem legitimidade às violentas conquistas e usurpações dos territórios africanos por povos europeus, assim o fazem também por meio da invisibilização das agências de sujeitas/os africanas/os nesses processos históricos. É esse o fundo das narrativas que apresentam o continente africano como um grande breu cultural, científico e civilizatório, antes das invasões europeias, bem como da apresentação do que chamaram de "Velho Mundo" como sendo realmente o berço das descobertas e do desenvolvimento da "humanidade".

Em tais discursos, a/o africana/o é passiva/o, desagente; em outras palavras, está às margens de sua própria história, que tem por centro o homem branco, descobridor, pioneiro e civilizador.

Nesse sentido, por meio do método afrocêntrico sugere-se, primordialmente, a reflexão sobre o lugar das pessoas africanas nos fenômenos em que essas estejam implicadas. Faz-se necessária ainda, a detecção, nos discursos e nas formas como tais fenômenos são enunciados, de quais sujeitas/os são colocadas/os no centro e quais estão às margens, invisibilizadas/os; considerando-se, evidentemente, o dinamismo e não fixidez desses posicionamentos.

Consequentemente, o método afrocêntrico também requer um refinamento lexical e conceitual: a reflexão e avaliação sobre a pertinência, abrangência e eficácia de determinados termos, definições, conceitos e categorias mobilizadas na busca da compreensão de experiências de pessoas africanas devem ser

teorias e organizações de pessoas que utilizam o termo negra/o, reproduziremos o mesmo. Trata-se, portanto, nesse caso, de sinônimos.

contínuas.

Perpassa esse paradigma teórico-metodológico a percepção da necessidade de se extrapolar os fazeres científicos assaz eurocentrados, ou, ocidentecentrados e, por conseguinte, as ferramentas que servem a esses exercícios. Isso não significa necessariamente descartar toda a produção intelectual europeia, mas não a tornar central, universal e eficaz a toda e qualquer experiência a ser investigada.

Cabe-nos aqui destacar a importância que teve o brasileiro Abdias Nascimento no desenvolvimento das ideias de Asante (2009), como esse mesmo afirmou em conferência realizada pelo Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais da Universidade de Pernambuco (LABERER), em 2020, "eu também sou afro-brasileiro", destacando a importância de seus encontros com Nascimento, na década de 1970, por meio dos quais conheceu experiências de pessoas africanas no Brasil, como do Quilombo dos Palmares.

O Quilombismo, enquanto conceito pan-africanista, criado por Abdias Nascimento (2019), a partir da observação e ampliação dos significados das experiências quilombolas, exorta-nos a "reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado" (NASCIMENTO, 2019, p.288). Ora, com vistas a essa reconstrução do presente e à consequente transformação radical das estruturas vigentes, faz-se fundamental, na perspectiva nascimentista, a formação de novos paradigmas teóricos:

A revolução negra produz seus historiadores, sociólogos, antropólogos, pensadores, filósofos e cientistas políticos (...). Um instrumento conceitual operativo se coloca, pois, na pauta das necessidades imediatas da gente negra brasileira (...). A cristalização dos nossos conceitos, definições ou princípios deve exprimir a vivência de cultura e de práxis da coletividade negra, deve incorporar nossa integridade de ser total em nosso tempo histórico, enriquecendo e aumentando nossa capacidade de luta. Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão de futuro. Esta se apresenta como a tarefa da atual geração afro-brasileira: edificar a ciência histórico-humanista do Quilombismo. (NASCIMENTO, 2019, p.289)

Assim, é na esteira da busca por afrocentrar - não somente os temas, mas, sobretudo, as ferramentas teóricas e metodológicas -, que podemos compreender o Mulherismo Africano. Ou seja, advém da necessidade de reconhecer a agência

das mulheres, seus fazeres políticos, científicos e culturais, suas resistências, organizações e estratégias.

No Brasil, ainda é incipiente a produção a partir de diálogos mais aprofundados com teorias que, como essa, apresentam alternativas aos Feminismos. Atualmente, a produção mais significativa acerca do Mulherismo Africana se dá na internet, destacando-se a página "Pensamentos Mulheristas" da pan-africanista de orientação garvinista, Anin Urasse. São também notáveis as produções de Katiúscia Ribeiro (2020) e Aza Njeri (2020).

Na definição de Hudson-Weems (2004), o Mulherismo Africana baseia-se em dezoito princípios fundamentais:

1) terminologia própria; 2) autodefinição; 3) centralidade da família; 4) genuína irmandade no feminino (sisterhood); 5) fortaleza; 6) colaboração com os homens na luta de emancipação; 7) unidade; 8) autenticidade; 9) flexibilidade de papéis; 10) respeito; 11) reconhecimento pelo outro; 12) espiritualidade; 13) compatibilidade com o homem; 14) respeito pelos mais velhos; 15) adaptabilidade; 16) ambição; 17) maternidade; 18) sustento dos filhos. (URASSE, ANIN, 2019, p.303)

Trata-se, todavia, conforme advoga sua propositora, mais de aspectos que constata serem comuns nas experiências de mulheres africanas, do que prescrições teóricas. São assim, apontamentos de características das vivências e fazeres políticos dessas mulheres: modos de ser e estar no mundo; de compreender a si e o meio circundante.

Por aproximadamente uma década eu tenho trabalhado ativamente em nomear e definir, através da identificação e redefinição, num paradigma africano-centrado para mulheres de descendência africana. Observando o papel tradicional, características, e atividades desse grupo coletivo, identificados por sua ancestralidade africana comum, eu concluí durante os estágios iniciais da minha pesquisa que o fenômeno que nomeei como Mulherismo Africana já existia há muito tempo, remontando desde o rico legado da mulheridade africana. Assim, eu não criei o fenômeno em si, mas sim observei as mulheres africanas, documentei nossa realidade, e defini um paradigma relativo a quem somos, o que fazemos, e em que nós acreditamos enquanto pessoas. (HUDSON-WEEMS, 1998 apud URASSE, 2019, p.303)

É válido notar que, para além da denominação, o Mulherismo Africana diferencia-se do Mulherismo advogado por Alice Walker (1983), bem como daquele debatido por Chikweye Ogunyemi (OGUNYEMI, 1985 apud BAMISILE, 2013).

Na concepção de Mulherismo de Walker (1983), há uma clara afinidade com o Feminismo:

A black feminist or feminist of color... who loves other women, sexually and/or nonsexual. Appreciates and prefers women's culture... [and who] sometimes loves individual men, sexually and/or nonsexually. Committed to survival and wholeness of entire people, male and female... Womanism is to feminism as purple to lavender. (WALKER, 1983, xii APUD HUDSON-WEEMS, 2004, p.23)³

Na crítica de Hudson- Weems (2004), o Mulherismo de Walker, para além do nome, pouco se diferencia do Feminismo e suas pautas. Trata-se, de um esforço de automeação e autodefinição, mas que não apresenta uma ruptura, de fato, com os construtos feministas, pouco se diferenciando dos Feminismos Negros.

O Mulherismo defendido por Oguniemy (1997 apud BAMISILE, 2013) também se difere daquele cunhado por Hudson-Weems (2004). Diferente dos dezoito princípios estabelecidos pela última; a primeira elenca dez aspectos fundamentais com os quais uma mulherista deveria lidar, sendo um deles, inclusive, o Feminismo, interpretado como ocidental e alheio às realidades africanas (BAMISILE, 2013).

A propósito, se como apontou Sunday Bamisile (2013), as propostas teóricas de Hudson-Weems (2004) e Oguniemy (1997) diferenciam-se especialmente pelas particularidades de cada contexto social nos quais se inserem; essas diferenças evidenciam um importante traço dessas teorias: a não pretensão à universalidade, nem no que concerne aos conceitos, categorias e definições acerca das relações de gênero, tampouco aos próprios construtos que as fundamentam.

Voltando o olhar às proposições mulheristas africanas, podemos afirmar que, por um lado, a demanda pela definição de uma teoria de gênero, a partir da qual se possa pensar as relações desde as próprias experiências e realidades africanas advenha das reflexões afrocêntricas. Por outro lado, destacamos a constatação da anterioridade da agência política dessas sujeitas, em relação aos movimentos feministas (ESTEVÃO DE ARAUJO, 2021, p. 71).

Ora, os exercícios de automear-se e autodefinir-se, princípios do Mulherismo Africana, dizem respeito não apenas à adoção ou não de um nome, mas sim, em um sentido mais profundo, à compreensão que se tem de si mesma,

³ Uma feminista negra, ou, uma feminista de cor, que ama outras mulheres, sexual ou não sexualmente. Aprecia e prefere a cultura das mulheres, e, às vezes, ama individualmente os homens sexual ou não sexualmente. Comprometida com a sobrevivência e a integridade das pessoas, sejam homens ou mulheres. O Mulherismo está para o Feminismo assim como o roxo está para a lavanda (tradução minha).

haja vista a importância do nomear nas cosmologias africanas. Além disso, localizam as mulheres africanas no centro de suas próprias experiências, descrevendo-as com elementos que advém de suas próprias culturas. Trata-se, por isso, de um movimento de afrocentramento.

Nesse sentido, vale sublinhar a história a qual carrega o Feminismo, que, mesmo em constante movimentação e mudança - já que nos referimos não apenas a teorias, mas a práticas políticas -, possui um ponto de partida temporal e espacial, cujas sujeitas são mulheres brancas, da classe dominante (como já bem têm notado as próprias teóricas dos Feminismos Negros).

Como defende Anin Urase:

(...) a criação de um conceito próprio para mulheres de descendência africana é tão central: 'Mulherismo Africana' porque nossa existência não pode ser nomeada e definida a partir da inclusão do adjetivo 'negro' em paradigmas, teorias, epistemologias, cosmologias, semiologias... que nos são alheias, que advém dos responsáveis pelo nosso genocídio. 'Mulherismo Africana' porque as nossas construções políticas não podem ser tratadas como um recorte, e não podemos permitir que o nosso povo seja descrito como uma variável de análise. (URASSE, 2019, p. 304-5)

2. Da anterioridade da agência política de mulheres africanas

O termo "Africana"⁴ estabelece a identidade cultural e a ancestralidade dessas mulheres; "Mulherismo"⁵, alude ao famoso discurso de Sojourner Truth, ex-escravizada, abolicionista estadunidense, de 1851, pronunciado na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio:

Olhem para mim! Olhem para meu braço (...) arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (DAVIS, 2016, p.71)

Os discursos e trajetórias de Truth (1851), juntamente com a de outras ativistas estadunidenses, como Harriet Tubman e Ida B. Wells, fazem com que elas venham a ser consideradas umas das primeiras feministas negras (ou até pré-feministas). Sob

⁴ A terminação "a" no termo Africana, neste caso, não é uma indicação de feminino, mas sim de pluralidade, de acordo com o latim. Indica, assim, uma pluralidade de experiências.

⁵ Originalmente, "Womanism", termo advindo da palavra "woman" (mulher).

a ótica mulherista africana, Hudson-Weems, entretanto, interpreta essas experiências de outro modo.

Se Harriet Tubman liderou o resgate de centenas de pessoas africanas escravizadas e Ida B. Wells enfrentou veementemente a prática do linchamento de homens africanos nos Estados Unidos, em meados do século XIX, suas lutas, junto a outros homens e mulheres, não tiveram por escopo a emancipação das mulheres negras, mas também de homens, crianças e de todas suas comunidades.

Nesse sentido, no famoso e genial discurso de Truth (1851), em que questiona ser ou não reconhecida enquanto uma mulher, para além de colocar em xeque a universalização da experiência de ser/tornar-se mulher, acaba por fazer um questionamento sobre a universalização do que seja ser humano. Não apenas ela não era considerada uma mulher naquela sociedade, como também homens africanos não eram homens; tampouco crianças africanas eram consideradas crianças (ESTEVÃO DE ARAUJO, 2021, p.72).

Assim, a força motriz dessas lutas, sua primeira pauta, é o reconhecimento da própria humanidade. Lutas essas nas quais mulheres africanas sempre estiveram na linha de frente.

Eis, talvez, a nosso ver, a grande contribuição do pensamento mulherista africana para pensar as agências políticas de mulheres negras brasileiras. Exemplos como o de Ida B. Wells e Harriet Tubman, nos Estados Unidos, tornam-se incontáveis no Brasil, quando miramos grandes lideranças como Tereza de Benguela, Luiza Mahin, Esperança Garcia, Aqualtune de Palmares, Tia Ciata e outras inúmeras mulheres, que sob diversas frentes, e por meio de diversos recursos intelectuais, culturais e estratégicos, foram fundamentais para a resistência e continuidade da população negra no Brasil. Em comum, anteriores à organização de um discurso feminista negro, as lutas dessas mulheres, ou, suas agências políticas, não têm necessariamente o gênero como centro.

É fundamental dizer que essa constatação não ignora as relações de gênero nas quais estão implicados homens e mulheres, bem como os construtos que por meio dessas categorias os definem. Também não se nega, de modo algum, a organização em torno de pautas específicas de mulheres negras, tais como têm sido construídas por meio de importantes articulações. O que destacamos, por outra via, é que não necessariamente toda a agência política, a liderança e a capacidade de organização feminina negra têm como ponto de partida a

subordinação das mulheres pelos homens. Isso porque, há uma luta anterior a essa, no contexto dos terrores das conquistas territoriais de África pela Europa: os processos de desumanização de sujeitas/os africanas/os.

A luta primordial das mulheres negras no Brasil é a pela sobrevivência de suas comunidades; pelo direito à vida: de outras mulheres negras, suas avós, mães, filhas, imãs, companheiras; dos homens negros, seus avôs, pais, filhos, companheiros; de crianças negras, filhas de toda uma comunidade alvo do genocídio cada vez mais sistematicamente em curso.

Ora, se não foi a desigualdade entre homens e mulheres o princípio de organização das mulheres africanas, no continente e em sua sexta região; isso significa também que não é a partir dos Feminismos que essas mulheres passaram a ter agência política.

Aliás, da perspectiva mulherista africana, ainda podemos notar que, em grande medida, as referências de independência, agência política e insubordinação aos homens, que foram construídas historicamente pelos feminismos ocidentais, remetem a experiências de mulheres africanas em tempos muito anteriores aos movimentos que tomam força no século XIX, na Europa.

É nesse sentido que Hudson-Weems afirma que as mulheres africanas, quando adotam a agenda feminista estão realizando a “cópia da cópia” (HUDSON-WEEMS, 2004, p. 36), uma vez que é com elas que as mulheres brancas passam a ter contato com a agência política feminina. A esse respeito, a feminista Angela Davis (2016) também sublinhara como durante o movimento abolicionista, nos Estados Unidos, mulheres brancas aprenderam técnicas de organização, como campanhas de petição com as mulheres negras:

A importância da luta abolicionista para o movimento feminista(branco): “como revela o excelente estudo de Eleanor Flexner (Century of Struggle) sobre o movimento de mulheres, as abolicionistas acumularam experiências políticas de valor incalculável, sem as quais não teriam conseguido organizar de modo efetivo a campanha por seus direitos mais de uma década depois. As mulheres desenvolveram habilidades de captação de recursos e aprenderam a distribuir publicações e organizar encontros—algumas delas se tornaram poderosas oradoras. Mais importante de tudo, elas se tornaram eficientes no uso da petição, que se revelaria uma arma tática central na campanha pelos direitos das mulheres(...) de que outra forma convenceriam o governo a aceitar as assinaturas de mulheres sem direitos ao voto a não ser questionando com contundência a validade de seu tradicional exílio da atividade política?”

Ao refletir sobre essas experiências, deparamo-nos com as evidências da

anterioridade da agência política de mulheres negras: ou seja, o fazer político associado ao feminino não é necessariamente uma consequência dos Feminismos, tampouco uma construção ocidental ou moderna. Com efeito, o continente africano, antes das invasões europeias, fora marcado pela presença de muitas sociedades matriarcais ou vestígios dessas, sendo possível encontrar os registros de mulheres exercendo funções de comando e liderança política já no século XV a.E.C (antes da Era Comum).

Hatshepsut (rainha - faraó; primeira mulher a reinar sozinha na história da humanidade, de 1479 a 1458 a. E.C); as Candaces - rainhas-mães no Reino de Kush; e Rainha de Sabá (cerca de 1000 a.E.C) são algumas personagens históricas que ratificam o lugar e a agência da mulher nas sociedades matriarcais (DIOP,2014).

Isto é, se na Antiguidade Greco-Romana, por exemplo, a participação da mulher em qualquer deliberação pública era impensável; em África, no mesmo momento, mulheres usufruíam de uma liberdade igual a do homem, totalmente hábil a ocupar funções políticas. A essas mulheres havia a possibilidade de ocupar funções públicas, de liderança e estratégia. Nem o enclausuramento à vida doméstica, nem a violência sistemática lhes era uma realidade nessas sociedades, tal como acontece nas culturas patriarcais, já em seus primórdios.

Pensar na potência articuladora e política de mulheres africanas no próprio continente e em sua sexta região, para além de nos fazer refletir sobre a anterioridade dessa agência em relação aos movimentos feministas, também evidencia, de forma mais profunda, o quão ancestral é essa relação das mulheres com a política, a articulação, o pensar estratégico, a capacidade de organização e de liderança.

Ao mirarmos África, em toda sua pluralidade, deparamo-nos com outras referências, não só de relações de gênero, mas de construtos do que seja feminino e masculino.

Cheik Anta Diop (2014), cujo pensamento é um dos fundamentos da construção das teorias afrocêntricas, abriu-nos importantes caminhos com sua Teoria dos Berços, com a qual traça uma investigação comparativa das matrizes das culturas africanas (berço meridional) e indo-europeias (berço nórdico), nas quais reconhece modelos de estruturas sociais bem distintas entre si.

O estudioso apontou uma diferença de gênese entre os continentes africano e europeu, sendo a característica mais marcante dentre os traços culturais a

instituição do matriarcado no primeiro em contraste com o patriarcado do segundo. Fundamental é notar que não se trata de uma inversão, ou seja, do matriarcado como sistema baseado na crença da superioridade feminina e consequente opressão dos homens. Com efeito, trata-se de sociedades nas quais as relações entre homens e mulheres estavam baseadas na reciprocidade e complementaridade (DIOP, 2014).

Por esse ângulo, o caminho investigativo de Diop (2014) e Hudson-Weems (2004; 2019a; 2019b) tem um ponto em comum com o de Oyèrónké Oyěwùmí (2000; 2004; 2017). Essa autora defende que, equivocadamente, as teorias feministas partem do pressuposto de que a subordinação das mulheres seja uma experiência universal. Mas, suas investigações sobre a sociedade iorubana antes do século XIX⁶ - quando ocorre a dominação britânica - vão além do questionamento sobre como o racismo determina uma dupla subordinação das mulheres africanas (raça e gênero). Sua questão central é de que forma a conquista territorial tem em si mesma uma dimensão de gênero, ou seja, a ela é intrínseca não só a inferiorização das mulheres, como a própria generificação da sociedade.

O caminho para o qual essas abordagens teóricas nos apontam é o da desnaturalização não apenas do ser/tornar-se mulher e homem; mas da própria generificação das relações sociais; e, sobretudo, do patriarcado.

Em comum com o pensamento de Oyěwùmí (2000; 2004; 2017), no Mulherisma Africana, bem como em outras teorias alternativas ao feminismo há a percepção de que a origem da opressão de gênero é a mesma da inferiorização dos povos africanos e da lógica imposta ideologicamente pela supremacia branca.

3. Partindo da agência: ensurdecidas, mas não silenciadas

A feminista Patricia Hills Collins (2017) destaca que, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, cada vez mais as mulheres afroestadunidenses passaram a romper com o silêncio, desenvolvendo uma voz, um ponto de vista sobre a feminilidade negra.

Entretanto, o discurso acerca da "ruptura do silêncio", muitas vezes

⁶ O olhar da autora é para o sudoeste da Nigéria, particularmente mirando-se na cultura Oyó, antes do séc. XIX.

enunciado por feministas, é rebatido pela mulherista Hudson-Weems (2019a):

As mulheres pretas não têm ficado caladas e sem voz, como parece ter sido o caso das feministas em geral que aspiram a essa qualidade e, assim, tornaram “quebrar o silêncio” e “encontrar a voz” objetivos importantes para elas” (HUDSON-WEEMS, 2019a, p. 201).

Collins (2017) e Weems (2004, 2019a, 2019b) miram diferentes posições, desde perspectivas diversas, ou melhor, não fazem as mesmas perguntas. Enquanto a primeira refere-se à emergência dos Feminismos Negros, a partir da década de 1970; a última busca descrever fenômenos que remontam um legado africano, descreve um ativismo feminino e uma presença de mulheres na esfera política, que se inicia muito antes da emergência dos Feminismos.

Dessa perspectiva, as opressões não engendraram o silêncio sistemático das mulheres africanas, rompido apenas com os movimentos feministas. O que destacamos aqui, como um exercício de centralizar as experiências das mulheres negras, partindo de suas agências, é que tais vozes não foram silenciadas, mas sim ensurdecidas.⁷

Ora, é comum, nos discursos feministas negros, o apontamento para os não-lugares das mulheres negras; ou melhor, a não-pertença a diversos espaços políticos. Mais especificamente, o Feminismo Negro emergiria, sobretudo, de duas lacunas: por um lado, o não-lugar nos movimentos negros, nos quais há uma incipiência do debate de gênero; por outro, nos movimentos feministas, em que as relações raciais não são devidamente postas em pauta.

Em grande medida, as organizações de mulheres negras que emergem desses não-lugares têm, nas últimas décadas, conseguido cada vez mais transformá-los. Ou, nas palavras de Sueli Carneiro (2003), o Feminismo Negro tem sido responsável tanto pelo enegrecimento do feminismo, como pela inserção das pautas de gênero nos movimentos negros.

Por outro lado, se observarmos atentamente a agência política de mulheres

⁷ Para a diferenciação entre silenciar e ensurdecer, considero as seguintes definições: Silenciar: (1) Manter silêncio a respeito de; calar-se; (2) Deixar de declarar ou de mencionar; omitir; (3) Impor silêncio a; calar. (Dicionário brasileiro da língua portuguesa Michaelis. Disponível: em <https://michaelis.uol.com.br/silenciar>. Acesso em 10/10/2021).

Ensurdecer: (3) Não dar ouvidos, não atender; desatender: O governo autoritário ensurdecia aos apelos da população; (4) Abafar ou fazer abafar o ruído; amortecer, atenuar: As placas isolantes na parede do estúdio ensurdecem o barulho dos instrumentos. Ao anoitecer, o burburinho da cidade ensurdece. (Dicionário brasileiro da língua portuguesa Michaelis. Disponível: em <https://michaelis.uol.com.br/ensurdecer>)

negras no Brasil, podemos notar que, para além desses não-lugares nos movimentos feministas, nos movimentos negros, essas sujeitas sempre estiveram e continuam presentes em inúmeros movimentos sociais, ainda que não organizados especificamente em torno das pautas de gênero e raça.

São as mulheres negras a base dos movimentos de bairro, de moradia, pelo direito à terra e ao emprego. São as mesmas que fazem linha de frente em movimentos de famílias nas escolas, que reivindicam creches, educação e saúde pública de qualidade. Uma enorme quantidade de lideranças femininas negras está à frente da luta por direitos trabalhistas das categorias mais precarizadas e pelos direitos mais básicos, cuja falta atinge, evidentemente, a população negra, por sua vez, mais empobrecida.

É patente que nem sempre são essas as sujeitas que têm suas agências visíveis, dentro desses movimentos. Entretanto, é assaz perceptível que, nem sempre é o gênero (nem mesmo a raça) que mobiliza essas pessoas. Muitas das vezes, é a urgência do sobreviver, o direito básico em torno do qual estão estrategicamente organizadas mulheres negras - entre si, entre homens negros, entre homens e mulheres empobrecida/os.

4. Considerações Finais

Desde uma perspectiva afrocentrada, que propõe trazer ao centro a agência de sujeitas/os africanas/os; partir de não-lugares ou do preenchimento de lacunas para compreender a organização de mulheres negras é um caminho que pode, se não estivermos atentas/os, ensurdecer outros processos e formações políticas.

Assim, para além dos lugares não ocupados, é relevante debruçarmo-nos sobre as formas, métodos e estratégias de organização que foram e continuam sendo fundamentais não só para a continuidade e resistência da população negra, como também para a proposição de projetos políticos calcados na justiça social, na equidade e no bem-viver. Para tanto, faz-se necessário, a nosso ver, cada vez mais pesquisas que investiguem os muitos lugares de onde falam mulheres negras, tomando a pluralidade de pautas e meios que se apresentam.

A ideia de ensurdecimento advém pois, desse exercício afrocêntrico. A despeito do sistema que nos inferioriza, quando não mata as/os nossas/os

sistematicamente há séculos; mulheres negras, africanas, não nos calam. Ao contrário, desde os primeiros processos de invasão, usurpação e conquista territorial a partir dos quais chegamos aqui, e que também fundaram o Estado brasileiro, nunca deixamos de estar organizadas, em movimento contínuo, elaborando saberes, estratégias, criando e tecendo fazeres políticos e resistência. (ESTEVÃO DE ARAUJO, 2021, p. 148).

Afirmar o ensurdecimento, e não o silenciamento de mulheres negras, mais do que a mudança de um termo, é o deslocamento do foco: o que nos interessa não é (apenas) pensar como essas sujeitas quebraram o silêncio e desenvolveram voz desde os movimentos feministas. O que vem ao centro é o reconhecimento de que essas vozes sempre estiveram presentes, e tamanha sua potência são ensurdecidas, abafadas. Centraliza-se, assim, a agência, e a presença inegável das mulheres negras nos processos democráticos e de transformação social. Ora, essa potência não tem como ponto de partida, necessariamente, as discussões feministas; mas remonta um legado africano, a uma ancestralidade.

Referências

ASANTE, Molefi K. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar**. In: NASCIMENTO, Elisa. L. (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

BAMISILE, Sunday. **A procura de uma ideologia afrocêntrica: do feminismo ao afro-feminismo**. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 24, dez/2013. <https://doi.org/10.11606/va.v0i24.58303>

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso**. Tradução de Angela Figueiredo e Jesse Ferrell. *Cadernos Pagu*, n. 51, 2017. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica**. Luanda/Ramada: Mulemba/Pedago, 2014.

DOVE, Nah. **Mulherisma Africana: uma teoria afrocentrada**. Tradução de Wellington Agudá. *Jornal de Estudos Negros*, v. 28, n. 5. p. 515-539, maio/1998.

ESTEVÃO DE ARAUJO, Ayni. **Peço licença às minhas mais velhas: mulheres negras, agência política e ancestralidade, em São Paulo**. 2021 São Paulo, 2021, 163p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2021.

HUDSON-WEEMS, Clenora. **Africana Womanism: reclaiming ourselves**. Troy: Bedford Publishers, 2004.

HUDSON-WEEMS, Clenora. **Mulherismo Africana: o outro lado da moeda**. In: In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. *Epistemologias do Renascimento Africano: Coleção Pensamento Preto*. VI. I. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019a, p. 207-212.

HUDSON-WEEMS, Clenora. **Mulherismo Africana: uma visão geral**. In: In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. *Epistemologias do Renascimento Africano: Coleção Pensamento Preto*. VI.III. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019b, p. 157-174

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. São Paulo: Editora Perspectiva / IPEAFRO, 2019.

NJERI, Aza; RIBEIRO, Katiúscia. **Mulherismo Africana: práticas na diáspora brasileira**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 2, maio/ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384>

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies**. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. Vol.1. Dakar: CODESRIA Gender Series, p. 1-8, 2004. https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero_os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá: Editora En la frontera, 2017.

URASSE, Anin. **Uma introdução aos 18 princípios ao Mulherismo Africana**. 2019. In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. *Epistemologias do Renascimento Africano: Coleção Pensamento Preto*. VI. III. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019, p. 301-315.